



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 16004.000628/2009-51
Recurso nº 891.194 Voluntário
Acórdão nº 2302-01.361 – 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 30 de setembro de 2011
Matéria Terceiros
Recorrente ATIVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 01/01/2004 a 31/12/2006

RECURSO INTEMPESTIVO

Recurso voluntário não conhecido por falta de requisitos de admissibilidade, já que interposto intempestivamente. Art. 126, da Lei nº 8.213/91, combinado com artigo 305, parágrafo 1º do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3048/99.

Recurso Voluntário Não Conhecido

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso voluntário pela intempestividade.

Marco Andre Ramos Vieira - Presidente.

Liege Lacroix Thomasi - Relatora.

EDITADO EM: 06/10/2011

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Marco Andre Ramos Vieira (Presidente), Eduardo Augusto Marcondes de Freitas, Arlindo da Costa e Silva, Liege Lacroix Thomasi, Adriana Sato, Manoel Coelho Arruda Junior.

Relatório

Trata o presente lançamento de contribuições incidentes sobre a remuneração dos segurados empregados e destinadas às terceiras entidades INCRA, SENAR e FNDE, no período de 01/2004, 12/2004, 03/2005 a 01/2006, 03/2006 a 06/2006 e 08/2006 a 12/2006. O auto de infração foi lavrado em 25/09/2009 e cientificado ao sujeito passivo em 29/09/2009.

Após impugnação, Acórdão de fls. 309/319, pugnou pela procedência do lançamento.

Inconformado, o contribuinte apresentou recurso, arguindo:

- a) que não pode ser excluído do SIMPLES, porque se trata de direito adquirido e o ato jurídico perfeito não pode ser afastado pelo fisco;
- b) que a exclusão não pode ter efeitos retroativos;
- c) que é necessária a edição de lei complementar para instituir novas contribuições;
- d) que o MPF é inválido;
- e) que o vínculo empregatício deve ser demonstrado;
- f) que a prova emprestada não oferece segurança;
- g) que a SELIC é inconstitucional.

Requer a reforma da decisão recorrida porque o auto de infração não possui respaldo legal e deve ser julgado insubsistente, sendo que, subsidiariamente requer o afastamento da SELIC por ilegal e inconstitucional, da multa por ser confiscatória.

É o relatório.

Processo nº 16004.000628/2009-51
Acórdão n.º **2302-01.361**

S2-C3T2
Fl. 2

Voto

Conselheira Liege Lacroix Thomasi - Relatora

Da Admissibilidade

O recurso é INTEMPESTIVO, razão pela qual dele não se deve tomar conhecimento.

Cientificado o sujeito passivo do Acórdão de fls. 309/319, em 17/09/2010, fls.322, o prazo para interposição de recurso, que é de 30 (trinta) dias, conforme o art. 126, *caput*, da Lei n.º 8.213/91, combinado com o art. 305, § 1º, do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n.º 3.048/99, iniciou em 20/09/2010, fruindo até 19/10/2010.

Entretanto, o recurso foi interposto apenas em 20/10/2010, conforme protocolo de fls. 323, configurando-se, portanto, sua intempestividade.

Lei n.º 8213/91

Art. 126. Das decisões do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS nos processos de interesse dos beneficiários e dos contribuintes da Seguridade Social caberá recurso para o Conselho de Recursos da Previdência Social, conforme dispuser o Regulamento. (Redação dada pela Lei n.º 9.528, de 1997)

Regulamento da Previdência Social/ Decreto n.º 3.048/99

Art.305. Das decisões do Instituto Nacional do Seguro Social e da Secretaria da Receita Previdenciária nos processos de interesse dos beneficiários e dos contribuintes da seguridade social, respectivamente, caberá recurso para o Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), conforme o disposto neste Regulamento e no Regimento do CRPS. (Alterado pelo Decreto n.º 6.032 - de 1º/2/2007 - DOU DE 2/2/2007)

§ 1º É de trinta dias o prazo para interposição de recursos e para o oferecimento de contra-razões, contados da ciência da decisão e da interposição do recurso, respectivamente. (Redação dada pelo Decreto n.º 4.729, de 9/06/2003)

Pelo exposto, considerando que a recorrente não argúi a tempestividade, na peça recursal e considerando o artigo 35, do Decreto n.º 70.235/72, que dispõe:

“Art. 35. O recurso , mesmo perempto, será encaminhado ao órgão de segunda instância, que julgará a perempção.”

Voto por não conhecer o recurso, por falta de requisito para sua admissibilidade, mantendo a decisão de primeira instância proferida.

Liege Lacroix Thomasi - Relatora

Processo nº 16004.000628/2009-51
Acórdão n.º **2302-01.361**

S2-C3T2
Fl. 3
